

ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA
DE ENERGIA S.A.

(atual denominação social da CENTRAIS ELÉTRICAS
MATOGROSSENSSES S.A. – CEMAT)

5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 5ª Emissão de Debêntures da ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (atual denominação social da CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSIS S.A. – CEMAT) (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
- CNPJ/MF: 03.467.321/0001-99
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Maurício Perez Botelho
- Atividades: construir e explorar sistemas de geração, transmissão, transformação e distribuição elétrica e serviços correlatos, nos termos da legislação em vigor, nas áreas em que tenha ou venha a ter a concessão para esses serviços.

Características da Emissão

- Emissão: 5ª
- Séries: 1ª; 2ª.
- Data de Emissão (de ambas as séries): 15/05/2014
- Data de Vencimento (de ambas as séries): 15/05/2021
- Banco Escriturador/Mandatário: Banco Bradesco S.A.
- Código Cetip/ISIN:
 - (i) 1ª Série: CEMT15/ BRCMGRDBS0J7;
 - (ii) 2ª Série: CEMT25/ BRCMGRDBS0K5.
- Coordenador Líder: Banco Itaú BBA S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos captados por meio desta Emissão serão destinados ao refinanciamento de dívidas existentes da Emissora, as quais serão oportunamente informadas pela Emissora ao Agente Fiduciário.
- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantias adicionais reais e fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora. Ademais, informa o(s) inadimplemento(s), conforme mencionado(s) no item 9 abaixo.

2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE*, realizada em 26/04/2016, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Companhia, conforme segue: (i) artigo 1º, em virtude de deliberação de consignação do endereço da sede; e (ii) artigo 6º, em virtude de deliberação do aumento do número de ações do capital autorizado.

*Ademais, informamos que a mencionada AGE foi realizada juntamente com a AGO da Companhia.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- Atividade Principal: 35.14-0-00 - Distribuição de energia elétrica;
- Situação da Empresa: ativa;
- Natureza do Controle Acionário: privado;
- Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- **Situação Financeira**

- Liquidez Geral: de 0,85 em 2015 para 0,93 em 2016;
- Liquidez Corrente: de 1,26 em 2015 para 1,09 em 2016;
- Liquidez Seca: de 1,24 em 2015 para 1,08 em 2016;
- Giro do Ativo: de 0,76 em 2015 para 0,63 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 13,3% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também apresentou redução de 19,8% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou redução de 16,8% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Exigível a Longo Prazo uma redução de 3,7% de 2015 para 2016, e uma variação negativa no índice de endividamento de 6,7% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 10.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 100% do DI + 2,28% a.a.
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

→ 1ª Série:

Amortização:

15/06/2016 – R\$ 167,000000
15/07/2016 – R\$ 167,000000
15/08/2016 – R\$ 167,000000
15/09/2016 – R\$ 167,000000
17/10/2016 – R\$ 167,000000
16/11/2016 – R\$ 167,000000
15/12/2016 – R\$ 167,000000

Juros:

16/05/2016 – R\$ 791,176680
15/06/2016 – R\$ 129,760540
15/07/2016 – R\$ 133,710560
15/08/2016 – R\$ 125,426538
15/09/2016 – R\$ 129,168779
17/10/2016 – R\$ 121,092536
16/11/2016 – R\$ 111,856176
15/12/2016 – R\$ 114,299137

→ 2ª Série:

Amortização:

15/06/2016 – R\$ 167,000000
15/07/2016 – R\$ 167,000000
15/08/2016 – R\$ 167,000000
15/09/2016 – R\$ 167,000000
17/10/2016 – R\$ 167,000000
16/11/2016 – R\$ 167,000000
15/12/2016 – R\$ 167,000000

Juros:

16/05/2016 – R\$ 791,176680
15/06/2016 – R\$ 129,760540
15/07/2016 – R\$ 133,710560
15/08/2016 – R\$ 125,426538
15/09/2016 – R\$ 129,168779
17/10/2016 – R\$ 121,092536
16/11/2016 – R\$ 111,856176
15/12/2016 – R\$ 114,299137

Recompra:

04/01/2016 – R\$ 10.204,78
23/03/2016 – R\$ 10.555,29105
08/09/2016 – R\$ 9.598,66

• **POSIÇÃO DO ATIVO:**

CEMT15 – 1ª Série:

Quantidade em circulação: 20.000
Quantidade em tesouraria: 0
Quantidade total emitida: 20.000

CEMT25 – 2ª Série:

Quantidade em circulação: 14.140
Quantidade em tesouraria: 0
Quantidade total emitida: 25.000

5. **Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora:** (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **Resgate:** não houve;

- Amortização: conforme item 4 acima;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: conforme item 4 acima.

6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Fiadora (Energisa S.A.) obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, a observar, entre outras obrigações, os índices financeiros previstos no item 6.24.2, alínea "IX" da Escritura de Emissão, a partir de Junho de 2015.

GRUPO ENERGISA
APURAÇÃO DE COVENANTS FINANCEIROS (R\$ mil)
4T16

Covenants	4T16
Dívida Total / EBITDA	OK
Contratado	4,50 x
Apurado	2,93 x

Apuração do EBITDA	
EBITDA Ajustado	1.999.435

Apuração da Dívida	
Dívida Total Líquida	5.867.910
Caixa e Equivalentes	2.700.956
Subvenção Baixa Renda	41.255
Subvenção CCC e CDE	179.547
Empréstimos e Financiamentos	
Encargos de Dívidas	57.831
Saldo de Principal de Curto Prazo	1.534.659
Saldo de Principal de Longo Prazo	6.069.233
Instrumentos Financeiros - Derivativos	250.802
Parcelamento de Impostos (Encargos Setoriais, ITAIPÚ, PIS, COFINS e demais parcelamentos)	565.344
Déficit Atuarial	311.798

Apuração do EBITDA	1T16	2T16	3T16	4T16
EBITDA Ajustado (EBIT + Depreciação + Fundo de Pensão + Acréscimo Moratório)	395.729	426.277	588.342	589.088

De acordo com as informações obtidas, verificamos o(s) seguinte(s) inadimplemento(s), conforme previsto nos documentos da operação:

- (i) Não cumprimento de obrigações não pecuniárias*.

Ressaltamos que, de acordo com a Escritura de Emissão, o não cumprimento de qualquer obrigação não pecuniária será considerado como hipótese de vencimento antecipado se não for sanado no prazo de cura de 15 (quinze) dias úteis a contar da comunicação acerca do descumprimento.

*Para maiores informações acerca do inadimplemento acima mencionado, favor contatar por e-mail a equipe comunicados@pentagonotrustee.com.br, ou através dos seguintes telefones: Vânia Lattanzi: (21) 3385-4952/ Yasmin Martins: (21) 3385-4953/ Tiago Brito: (21) 3385-4951.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, com garantias adicionais reais e fidejussória.

As Debêntures contam com a(s) seguinte(s) garantia(s)*: (i) fiança; e (ii) cessão fiduciária de recebíveis, conforme previsto na Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permanece(m) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.

11. Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

12. Parecer:

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário: (Artigo 12, alínea l, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1

ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	173.495	192.754
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	312.166	114.848
Consumidores e concessionárias	6	573.391	561.588
Títulos de créditos a receber	7	5.278	-
Estoques		11.625	12.796
Tributos a recuperar	8	95.021	67.919
Instrumentos financeiros derivativos	32	1.454	5.351
Ativo financeiro setorial	10	146.063	191.262
Outros créditos	11	193.932	220.799
Total do circulante		1.512.425	1.367.317
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	57.836	24.206
Consumidores e concessionárias	6	99.462	38.781
Títulos de créditos a receber	7	18.065	16.359
Tributos a recuperar	8	38.019	46.275
Créditos tributários	13	145.893	126.281
Cauções e depósitos vinculados	20	10.079	12.000
Instrumentos financeiros derivativos	32	-	2.651
Ativo financeiro setorial	10	33.021	68.316
Contas a receber da concessão	14	1.327.640	1.074.263
Depósitos judiciais	22	5.632	3.086
Outros créditos	11	38.269	39.864
		1.773.916	1.452.082
Investimentos	15	6.232	6.232
Imobilizado	16	15.644	10.349
Intangível	16	2.020.896	1.830.771
Total do não circulante		3.816.688	3.299.434
Total do ativo		5.329.113	4.666.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2016	2015
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	17	427.144	428.471
Encargos de dívidas	18	9.436	3.824
Empréstimos e financiamentos	18	139.380	109.915
Debêntures	19	69.996	60.630
Financiamento por arrendamento mercantil	20	5.778	9.471
Tributos e contribuições sociais	21	105.553	142.043
Parcelamento de impostos	21.2	284	2.897
Dividendos	25.5	20.808	357
Obrigações estimadas		17.803	16.748
Taxa de iluminação pública arrecadada		16.317	19.897
Encargos setoriais	23.1 e 23.2	139.280	108.894
Incorporação de redes	23.3	199.000	71.200
Passivo financeiro setorial	10	199.568	84.754
Bandeiras tarifárias CCRBT		7.944	2.071
Benefícios a empregados	33	2.372	569
Outras contas a pagar	24	29.569	26.884
Total do circulante		1.390.232	1.088.625
Não circulante			
Fornecedores	17	195.078	312.125
Empréstimos e financiamentos	18	1.207.835	864.733
Debêntures	19	231.694	395.610
Financiamento por arrendamento mercantil	20	27.844	37.273
Tributos e contribuições sociais	21	29.534	3.288
Parcelamento de impostos	21.2	212	-
Passivo financeiro setorial	10	53.319	24.811
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	22	128.006	162.152
Encargos setoriais	23.1 e 23.2	163.553	219.815
Incorporação de redes	23.3	78.618	185.162
Benefícios a empregados	33	14.772	7.852
Outros	24	14.807	15.679
Total do não circulante		2.145.272	2.228.500
Patrimônio líquido			
Capital social	25.1	1.469.786	1.118.910
Reservas de lucros		213.234	100.359
Outros resultados abrangentes	25.6	(10.357)	(3.969)
Ajuste de avaliação patrimonial		120.946	134.326
Total do patrimônio líquido		1.793.609	1.349.626
Total do passivo e patrimônio líquido		5.329.113	4.666.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 2

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2016	2015 Reapresentado
Receita operacional líquida	26	3.331.068	3.564.422
Custo do serviço de energia elétrica	27	(2.787.570)	(3.173.253)
Lucro bruto		543.498	391.169
Despesas gerais e administrativas	27	(131.051)	(105.725)
Outras receitas	28	25.506	8.894
Outras despesas	28	(65.763)	(20.444)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		372.190	273.894
Receitas financeiras	29	173.672	151.082
Despesas financeiras	29	(430.571)	(355.297)
Despesas financeiras líquidas		(256.899)	(204.215)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		115.291	69.679
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	(11.423)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	16.321	(24.433)
Lucro líquido do exercício		120.189	45.246
Lucro básico e diluído ação ordinária e preferencial - R\$			
Ação preferencial		0,6993	0,2742
Ação ordinária		0,6358	0,2493

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A.
Cuiabá - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

"Principais assuntos de auditoria" são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita - fornecimento de energia elétrica

Conforme mencionado nas notas explicativas nos 3.2 e 26 às demonstrações financeiras, o faturamento da energia elétrica que compõe a receita da Companhia é volumoso e pulverizado, o que resulta na dependência de processamentos sistêmicos complexos, que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização das quantidades de energia faturadas deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor. Concluído o processamento do faturamento, a adequação do registro contábil depende da correta integração entre os sistemas de faturamento e contábil. A finalização do processo de reconhecimento da receita ainda inclui o julgamento do auditor sobre a estimativa da Administração em relação a parcela da receita de fornecimento de energia no mês, que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com regime de competência.

Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento do risco significativo de reconhecimento de receita incluíram, dentre outros, o seguinte: avaliação dos controles internos sobre o faturamento e a receita, envolvendo nossos especialistas de Tecnologia da Informação; realização de procedimentos de análise de variação dos saldos; teste de valorização da receita, confrontando com as expectativas geradas a partir de nosso conhecimento da indústria; testes de amostragem, confrontando as informações do faturamento com os dados de consumo individual e tarifas aprovadas pelo Órgão Regulador; e teste da integridade entre os sistemas de faturamento e contábil.

Provisão para riscos e passivos contingentes

A Companhia possui diversos processos e/ou questionamentos fiscais, cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob controle da mesma (nota explicativa nº 22). Devido a razões diversas, algumas dessas disputas podem não estar corretamente avaliadas, quantificadas ou adequadamente registradas. A administração em conjunto com seus assessores jurídicos precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. Além disso, as informações de cada assessor jurídico precisam ser analisadas, consolidadas e integradas com a contabilidade.

Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento do risco significativo relativo a provisão para riscos e passivos contingentes incluíram, dentre outros, o seguinte: avaliação dos controles internos; envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos processos e/ou questionamentos em curso; verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia com as respostas dos advogados; discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; teste da totalização dos processos e/ou questionamentos que compõem a provisão para riscos; e revisão das informações incluídas na divulgação dos passivos contingentes nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Instrumentos financeiros derivativos

Conforme nota explicativa nº 32 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém operações significativas com instrumentos financeiros derivativos, que visam, principalmente, a proteção contra a oscilação nos empréstimos e financiamentos pelas taxas de câmbio e juros. Devido à complexidade do processo de valorização e marcação a mercado, incluindo a metodologia e premissas, existe o risco significativo de que os valores atribuídos a esses instrumentos financeiros derivativos não estejam corretamente quantificados e apresentados nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento do risco significativo relativo aos instrumentos financeiros derivativos incluíram, dentre outros, o seguinte: avaliação dos controles internos; envio de confirmação independente para as instituições financeiras; seleção de transações individuais para teste, incluindo o confronto das informações utilizadas nos cálculos com os respectivos contratos; utilização de especialistas internos para revisão das premissas utilizadas pela administração na valorização dos instrumentos financeiros derivativos e reexecução dos cálculos; e revisão das informações sobre os instrumentos financeiros derivativos divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 3.3 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia reclassificou certas transações que resultaram na reapresentação das demonstrações do resultado e do valor adicionado correspondentes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração e o balanço social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, não abrange o relatório da administração e o balanço social e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e o balanço social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estarem distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no relatório da administração e no balanço social somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4